

Senador quer salvaguardas para a dívida

externa

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal devem votar hoje o acordo de princípios fechado pelo governo brasileiro com os bancos credores privados, que envolve a renegociação da dívida de 44 bilhões de dólares. O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS) sugere, no seu relatório, a aprovação de três "salvaguardas".

A primeira limita em 15 por cento do valor global da dívida à opção dos bancos credores pelo "bônus de dinheiro novo". O acordo acertado pelo Governo garante que a escolha dos bancos entre os sete "instrumentos de pagamentos" deve ser equilibrada, mas não estabelece percentuais limitadores. A segunda dá ao Senado o direito de avaliar a escolha final dos credores para verificar se há de fato equilíbrio entre elas, e a terceira impõe que os organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros) compareçam com no mínimo 1,2 bilhão de dólares em financiamentos ao Brasil, para a formação das garantias iniciais, de 3,2 bilhões de dólares. Pelo acordo, esses organismos deverão comparecer com cerca de 1,6 bilhão de dólares, quantia superior ao valor mínimo que Fogaça sugere.

Opções — "Bônus de dinheiro novo" estabelece prazo de 15 anos e juros flutuante conforme a Libor (taxa de juro interbancário do mercado londrino). Para fazerem essa opção, os bancos terão que emprestar recursos ao Brasil. Para cada cem dólares que emprestarem, terão o direito de converter 18,18 dólares de

papéis da dívida velha neste tipo de bônus. A preocupação de Fogaça ao sugerir o limite de 15 por cento é evitar prejuízos ao programa de privatização. Esses bônus podem ser usados nos leilões sem deságio.

Em relação ao valor mínimo de 1,2 bilhão de dólares para financiamento das garantias, o senador quer simplesmente colocar no papel algo que já foi discutido e, quanto a prerrogativa do Senado de aprovar as opções feitas pelos credores — o Governo brasileiro já garantiu esse direito no acordo — José Fogaça deseja dar ao Senado os instrumentos para "proteger os interesses do País".

Os técnicos do Governo não colocam objeções às imposições propostas pelo relator e classificam-nas de "realistas". A prerrogativa do Senado de avaliar a escolha dos bancos, particularmente, é considerada uma excelente sugestão porque fortalecerá a posição do Governo junto aos credores.

Reescalonamento — Segundo os cálculos do senador, que elogiou os termos gerais do acordo, o reescalonamento permitirá uma redução entre 21 por cento e 28 por cento do estoque total da dívida. Desde a conclusão das negociações, em julho passado, várias projeções de desconto já circularam, desde 35 por cento até 16,5 por cento.

A votação do acordo pela Comissão de Assuntos Econômicos estava marcada para ontem, mas acabou sendo adiada para hoje porque Fogaça ainda não havia concluído a redação do seu relatório. Na sessão, Fogaça fez uma exposição oral do relatório. Ao elogiar o acordo, o relator afirmou que ele "respeita a capacidade de pagamento do Brasil, garante proteção contra flutuações nas taxas de juros, permite a redução dos serviços (juros) da dívida externa e o alongamento do prazo de pagamento para 30 anos".

3 * DEZ 1992

CORREIO BRAZILIENSE